



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



Objetivo Geral do NIT

Geração de emprego

Intensificação da capacidade de inovar

Intensificação da capacidade competitiva

Geração de riqueza

Difusão do conhecimento

NIT

Interações do NIT

NIT

Pesquisas em Andamento no Mundo

Pesquisas em Andamento no Brasil

Pesquisas em Andamento na UFRJ

Depósitos de Patentes no Brasil

Depósitos de Patentes na UFRJ

Depósitos de Patentes no Mundo

Pesquisas Concluídas

Pesquisadores Independentes

Laboratórios da UFRJ

Laboratórios de Outras Universidades

Laboratórios de Empresas

Novas Demandas de Pesquisa

NIT

Investidores

Outras Universidades

Empresas e Grupos Sociais

Organizações Setoriais

Start Ups e Spin Offs

Agências de Fomento

Licenciamentos

Propriedade Intelectual

Novos Empreendedores

Contratos de Parcerias

Novas Tecnologias

Novos Modelos de Negócios

Objetivos Específicos do NIT

Entendimento do setor industrial – empresas e concorrência

Estabelecimento de relações com o mercado – empresariais e institucionais

Proteção e transferência de tecnologias

Difusão dos conceitos associados ao empreendedorismo e à pré-incubação

Promoção da articulação e intercâmbio entre agentes do sistema – gestores e pesquisadores

NIT

Entendimento da dinâmica competitiva dos mercados

Entendimento do estado-da-arte – fronteiras da ciência

Disseminação da cultura da inovação, proteção intelectual e transferência de tecnologia

Estímulo à capacitação profissional e aplicação de melhores práticas

Difusão dos conceitos associados ao desenvolvimento e crescimento econômico – cooperação público-privada

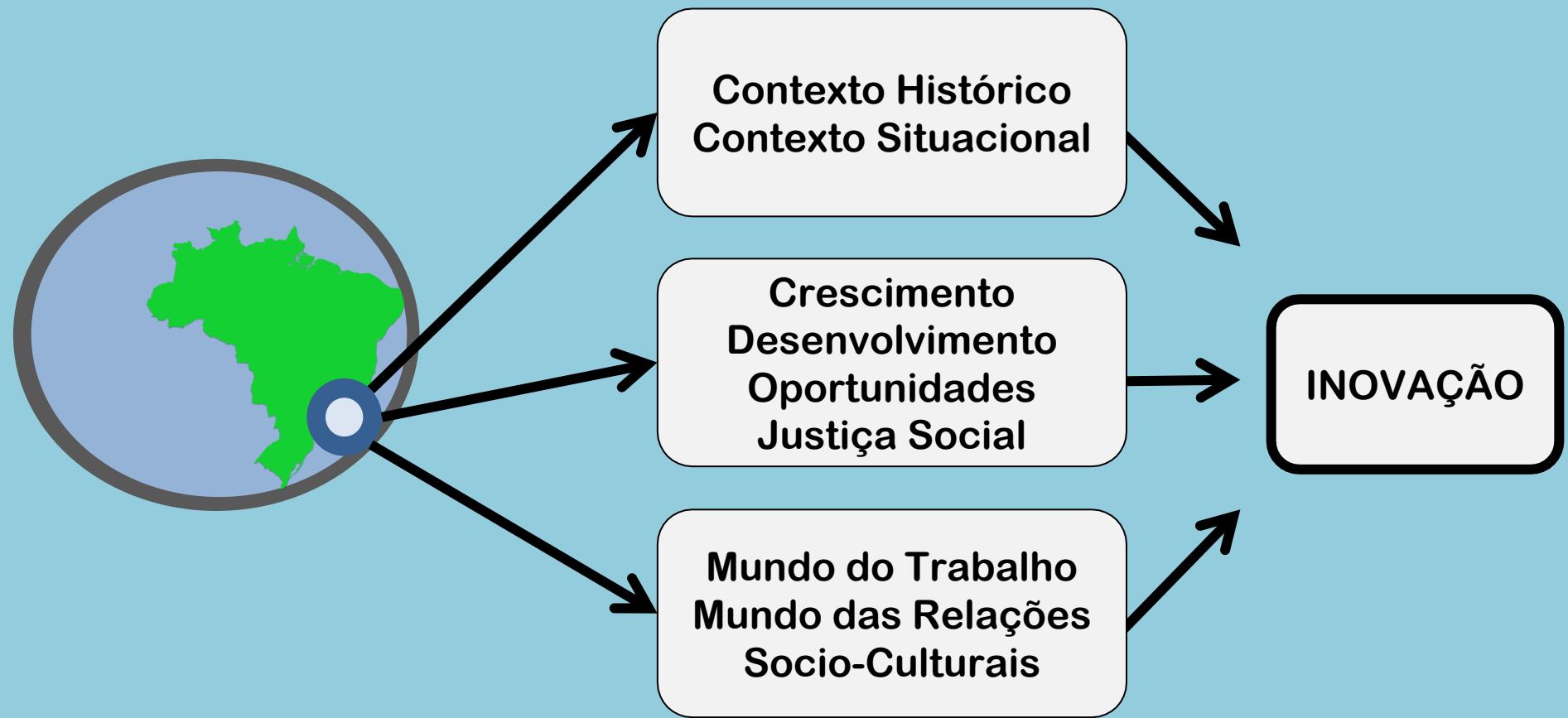
NIT

Atuação dos Pesquisadores Colaboradores



**Análise da Literatura, Debates,
Difusão, Formação, Eventos,
Projetos, Editais, Prospecção,
Seminários, Geração de
Conteúdo e Publicações**

Atração das Abordagens Temáticas, Contribuições e Conteúdos



Conhecimento específico sobre gestão da inovação e do conhecimento estratégico – metodologias de registro e difusão

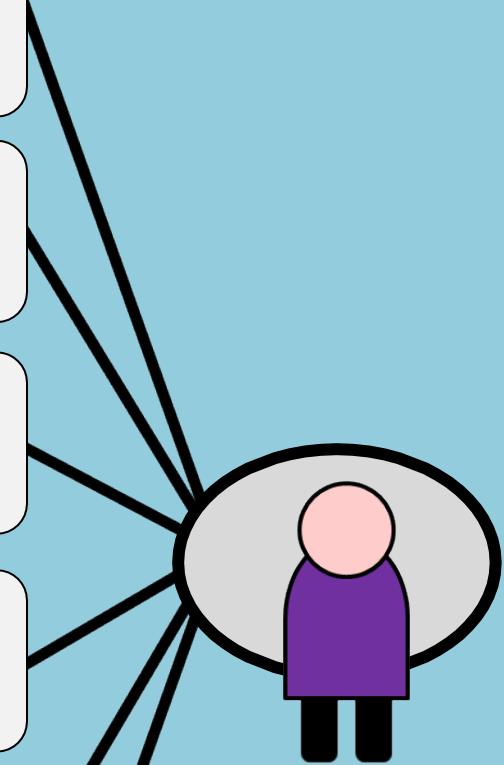
Caminhos- processos – rotinas – articulações – rede de interações pessoais e institucionais – desenho de itinerários de pesquisa

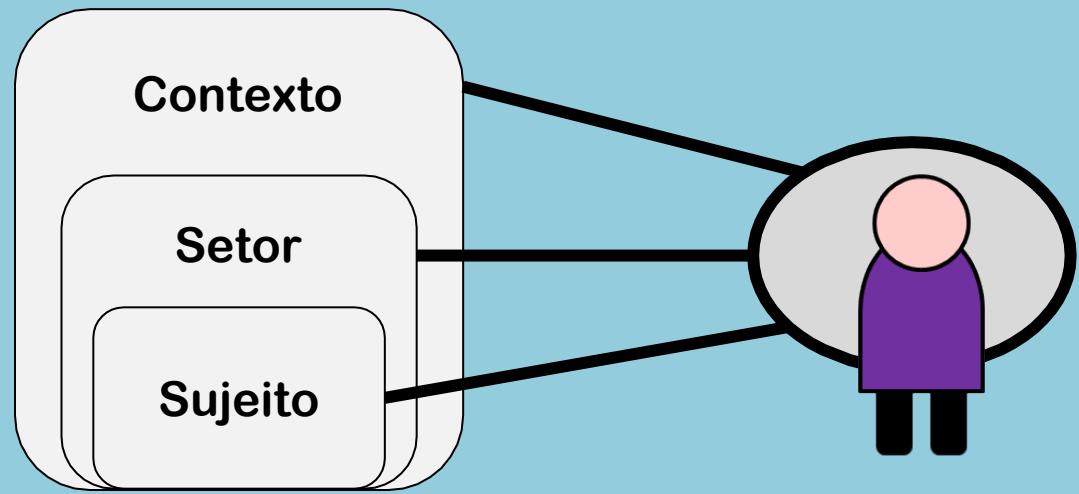
Dados setoriais – indústrias – instituições – mercado – players – *stakeholders* – BR e Global

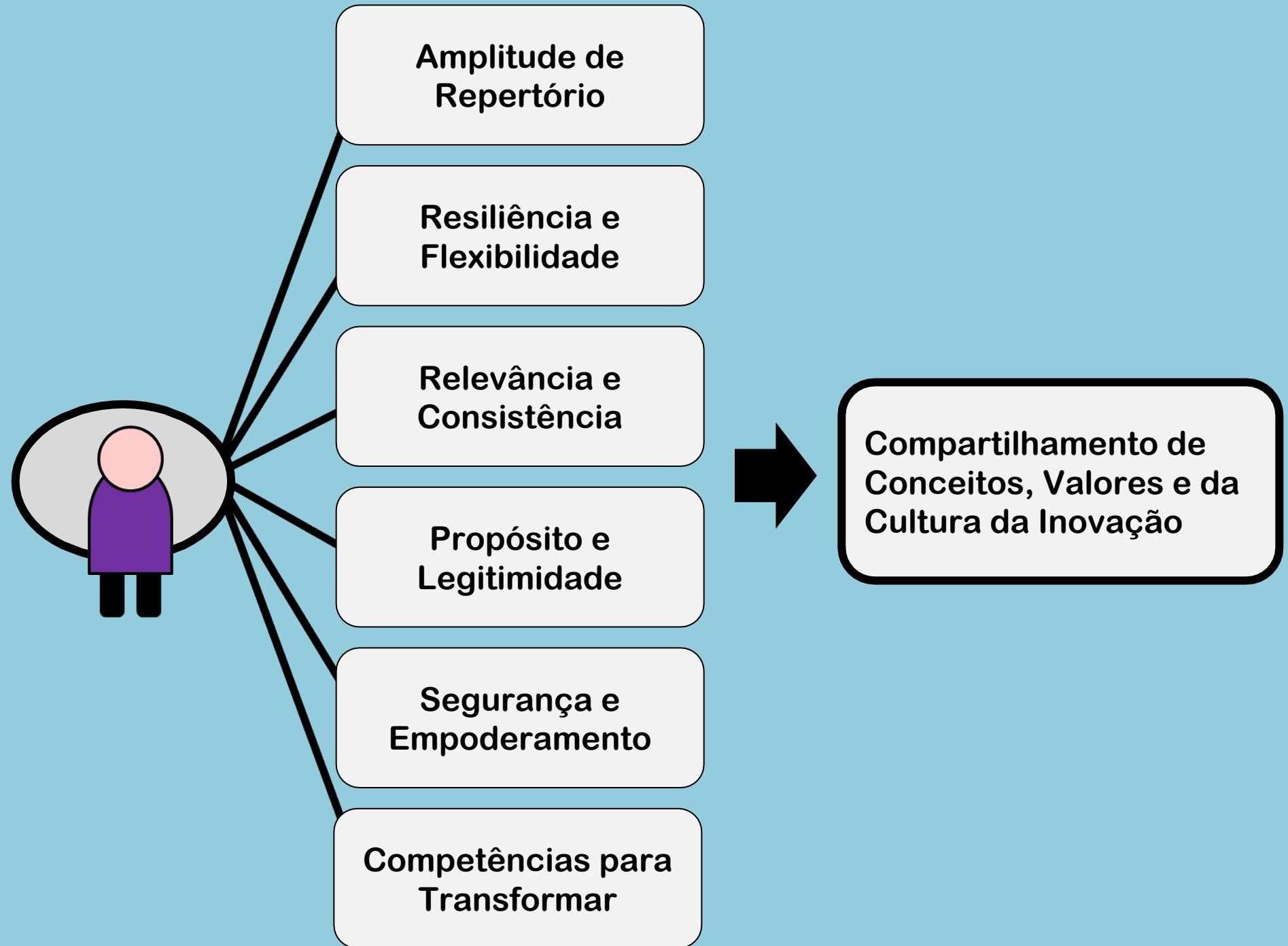
Potencialidades – perspectivas – inovações de produto, processo e modelo de negócio – tendências – mercados futuros

Política industrial BR – política do MCTI – política de inovação da UFRJ – objetivos do NIT – oportunidades contextuais

Características atitudinais – oportunidades de atuação – objetivos – propósitos – riscos e limitações dos empreendedores - competências







Referências

- ARVANITIS, Spyros; SYDOW, Nora, WOERTER, Martin. Is there any Impact of University-Industry Knowledge Transfer on Innovation and Productivity? An Empirical Analysis Based on Swiss Firm Data. *Review of Industrial Organization*. V.32, n.2, p.77-94. Boston: Mar., 2008.
- BENEDETTI, M. A atuação dos núcleos de inovação tecnológica na transferência de tecnologia em um modelo de inovação aberta. XXX ENEGEP. São Carlos, SP. 12 a 15 de outubro de 2010.
- BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1990. Disponível em: <<http://goo.gl/4IS0w>>.
- BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1993. Disponível em: <<http://goo.gl/G0BiY>>.
- BRASIL. Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1994. Disponível em: <<http://goo.gl/f1M6Dh>>.
- BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/h8WAw>>.
- BRASIL. Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/9ci03>>.
- BRASIL. Portaria Interministerial MP/MF/MCT no 127, de 29 de maio de 2008. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Brasília: MP; MF; MCT, 2008.
- BRASIL. Câmara do Deputados. Projeto de Lei no 2.177/2011. Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/xyeJaA>>.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Portaria no 251, de 12 de março de 2014. Brasília: MCTI, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/SKHkdb>>.
- RAUEN, C. O Novo Marco Legal da Inovação no Brasil: O que muda na relação ICT-empresa? *Revista Radar* | 43 | fev. p.21-34. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6051/1/Radar_n43_novo.pdf>. Acesso em 12/12/2016.
- COSTA, Lucelia B, TORKOMIAN, Ana L. V. Um Estudo Exploratório sobre um Novo Tipo de Empreendimento: os Spin-offs Acadêmicos. *Revista de Administração Contemporânea*. v.12, n.2, p.395-427. Abr./Jun., 2008.
- PLONSKI, Guilherme A. Cooperação Empresa-Universidade no Brasil: um novo balanço prospectivo. In: BRASIL. Ministerio da Ciencia e da Tecnologia. Interação: universidade empresa. Brasilia: IBCT, 1998.